

REQUERIMENTO Nº DE - CCT



Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a privatização de empresas públicas que atuam na área de processamentos de dados e informação - Empresa de Tecnologia e Informação da Previdência Social(Dataprev), O Serviço Federal de Processamento de Dados(Serpro).

Propomos para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Rodrigo Assumpção, ex-Presidente da Dataprev no período de 2009 a 2017;
2. Diogo Moyses, Diretor do programa de Telecomunicações e Direitos Digitais do Idec;
3. Débora Siretheau, Diretora da área jurídica da Fenadados;
4. Luis Nassif, jornalista, criador e colunista do GGN;
5. Marcos Mazoni - Ex-Diretor do Serpro

JUSTIFICAÇÃO

O Serpro, Serviço Federal de Processamento de Dados, é a empresa pública responsável por desenvolver soluções de TI para o setor, que processa, por exemplos, dados sobre Imposto de Renda e dados da Abin. O Dataprev, por sua vez, oferece soluções de TI aplicadas à previdência social, processando, por exemplo, o pagamento mensal de cerca de 34,5 milhões de benefícios previdenciários e é responsável pela aplicação on-line que faz a liberação de seguro-desemprego. As duas são responsáveis pela administração dos dois maiores bancos de dados do país.

No dia 20/08/2019, o Ministro da Economia, Paulo Guedes, anunciou lista de 17 estatais a serem privatizadas, dentre elas, Serpro, Dataprev, Eletrobras e Correios. A hipótese de alienação para a iniciativa privada das duas empresas traz o risco de perda de controle de dados essenciais, como dados previdenciários. Conforme pontuado por Luís Nassif, na matéria "Xadrez da privatização do Serpro e Dataprev, por Luis Nassif" (<https://jornalggn.com.br/noticia/xadrez-da-privatizacao-do-serpro-e-dataprev-por-luis-nassif/>): "Se a falta de controle sobre os dados pessoais, nas redes sociais, colocou sob risco a democracia americana, quais os riscos de se ter o controle das principais bases de dados públicas em mãos de grupos privados?".

O jornalista apresenta diversos riscos relacionados à este tipo de base de dados, tais como identificação de hábitos de consumo para fins de uso de marketing, montagem de cadastros de interesse de empresas de proteção ao crédito, identificação de tendências de grupos para estratégias políticas e ameaça à democracia e à segurança nacional.

Matéria do El País, "Bolsonaro prepara a venda das empresas que possuem dados de toda população brasileira" (https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/03/politica/1567476882_349945.html) aponta riscos possíveis das privatizações, como a abordagem direcionada de empresas oferecendo empréstimo



consignado dias após a aposentadoria de ex-servidor ou abordagem de seguradora de automóvel com quem o cidadão nunca se relacionou dias antes do seguro vigente vencer.

A matéria também apresenta números relativos às empresas, que somam 12.500 funcionários e tiveram faturamento no ano passado 4,46 bilhões de reais. A reportagem mostra que "Elas possuem dados de toda a população brasileira: da data de nascimento ao quanto se contribuiu para Previdência ou pagou de impostos ao longo da vida.

Sala da Comissão, 1º de outubro de 2019.

Senador Paulo Rocha
(PT - PA)

Senador Jean Paul Prates
(PT - RN)

